

MOVIMENTOS REATIVOS E LIDERANÇAS CATÓLICAS NO SÉCULO XIX NO BRASIL.

Célia Nonata da Silva *

RESUMO: Este artigo analisa os movimentos messiânicos no período Oitocentista sob um aspecto conceitual dos movimentos sociais. A partir das referências teóricas de Tilly analisamos as ações coletivas no campo como formas reativas, a partir das lideranças religiosas e seu discurso enaltecedor da tradição. Este é o repertório da ação coletiva identificado nos comportamentos e discursos, a permanência de um imaginário contra-reformista e barroco como elemento cimentador dos movimentos rurais neste período. Assim, o questionamento para tal baseia-se na reflexão e importância que assumem as lideranças católicas nos meios rurais e seus discursos aglutinadores calcados na tradição e em elementos contrareformistas, que mantiveram e consolidaram um habitus da experiência, mas principalmente caracterizaram o repertório dos conflitos rurais, identificados a partir da lei de Terras de 1850 até a primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Igreja, Terra, Conflitos, messianismo, rural.

ABSTRACT: This article deals with the messianic movements in the Brazil in 1800s under a conceptual approach in the theory that focuses on its social implications. Stemming from the theoretical references put forward by Tilly, considering the permanence of culture with elements the interaction of the investigation. The analysis of the collective actions interpret in the countryside were analyzed as reactive forms, conducted by religious leaders and their biased discourses, marked by an appraisal of the traditional values. This is the repertoire of the collective actions as identified in the behaviors and discourses, the permanence of a counter-reformation and baroque imaginary as a catalyst of the rural movements in this period. Thus, the questioning is based on the reflection and importance assumed by the catholic leaderships in the rural milieu and their binding discourse grounded on the tradition and on counter-reformation elements, which maintained and consolidated a "habitus" of the experience, but which, most of all, characterized the repertoire of the rural conflicts that can be identified since the the 1850 "Lei de Terras" (Lands' Law) up to the first half of the 20th century.

Keywords: Church, land, conflicts, messianism, rural.

1. A propósito do tema.

* Universidade Federal de Alagoas. Doutora em História e Culturas Políticas pela UFMG, Pós-doutoramento em História com o tema Autoridades Mestiças na capitania das Minas. Autora do livro Territórios de Mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. Pesquisadora do IICA e NEAD em 2006 -2007 com o projeto: O Pensamento Católico e a Questão Agrária no Brasil de 1950-2005.

Este artigo insere-se numa reflexão atual sobre os movimentos sociais, evidenciando o papel das lideranças católicas como um elemento importante para o processo de identidade de grupo e emancipação das ações coletivas no campo. O contexto histórico perpassa a segunda metade do século XIX, onde as condições sócio-políticas do país agiram como fomentadoras para o surgimento dos movimentos rurais, sem eximir a importância das lideranças e dos seus discursos, bem como das representações simbólicas e do alcance do repertório coletivo presente nos conflitos em cena¹. Várias lideranças identificadas nos conflitos rurais durante o século XIX tornaram-se importantes no contexto histórico brasileiro pela capacidade de intermediarem um diálogo fundamental entre o universo religioso e o seu meio social. As lideranças religiosas leigas ou consagradas são partes fundamentais de nossa temática, dado a abrangência do campo simbólico religioso e seu nível de articulação, que orientou as sociedades rurais em tipos variados de conflitos e de ‘frames’ condicionados á terra. As lideranças religiosas foram os elementos fomentadores dos mais importantes eventos no sertão, mesmo que orientadas por um repertório coletivo contrareformista, ainda latente na segunda metade do século XIX e início da República brasileira.

Portanto, a análise proposta discute as argumentações conceituais clássicas sobre o messianismo como interpretação usual para os movimentos sociais rurais nos Oitocentos e toda a República Velha. A nossa hipótese pressupõe os conflitos rurais no período citado como movimentos sociais reativos, orientados por um repertório coletivo combinado ás mudanças no poder político da época. O repertório coletivo presente nas ações e discursos das lideranças acomodou sintomaticamente o conflito pela terra na tradição, perdendo a sua capacidade de dimensão pró-ativa. Tais movimentos reafirmaram não apenas uma política moral e conservadora ao distanciar-se de sua capacidade política de fato, como continuaram a permanência de uma economia moral no campo. Ou seja, este repertório coletivo da economia moral ao transcender a experiência de um passado imagético do Sebastianismo e das formas tradicionais da Igreja missionária no sertão conservou os movimentos sociais numa política moral da tradição. Assim, a relevante experiência dos grupos, segundo Thompson (1998), – ou a sua falta – levou a que os movimentos rurais Oitocentistas se tornassem presos a uma consciência moral contrareformista orientada pela decadência, pelo discurso apologético do apocalipse, conformando as ações humanas em sentimentos precários de uma sensibilidade contrareformista da penitencia, das virtudes medievais da expiação da carne e da pobreza como honra pessoal. A longa duração e a manutenção deste repertório coletivo impediram a ação pró-ativa das lideranças, condicionando o seu ‘habitus’ à tradição.

2. O state building e a questão agrária.

A presença de padres católicos sempre foram uma constante nos sertões da América Portuguesa. Isto pode ser atestado em documentos que relatam não apenas a atuação de padres jesuítas, capuchinhos e carmelitas como missionários e evangelizadores, mas como coadjuvantes num processo de instauração de uma ordem privada no sertão. Daí por diante até o final do período imperial, nos últimos anos do século XIX a questão agrária não existiu de fato porque a terra era abundante e como privilégio de poucos. Inserida no contexto das várias reformas liberais que caracterizaram a segunda metade do século XIX na América Latina, também o projeto Saquarema de governo previa, dentre outras coisas, o monopólio da terra pelo Estado, bem como a mudança gradual do trabalho escravo.

A consolidação do conservadorismo manteve-se frente ao projeto de farmerização dos Liberais, onde a base desta oligarquia rural seria a hegemonia plantacionista. Assim, a Lei de Terras de 1850 seria uma reorganização dos Saquaremas frente às exigências do capitalismo e a necessidade de operacionalizar as mudanças, promovendo um reordenamento jurídico sobre a posse da terra (MATTOS, 1994). Essa nova tentativa de disciplinar o direito agrário no país acabou como muitas outras propostas enfrentando grandes problemas de natureza política e religiosa. A reorganização conservadora da terra favoreceu a concentração de terras pelos grandes proprietários e pode ser constatada pela documentação dos Arquivos Eclesiásticos da época². O modelo de desenvolvimento agrário centrado na ‘via farmer’ proposta pelos liberais foi definitivamente abolida pela efetivação da Lei de Terras de 1850 (SILVA, 1998, P. 14-18). Além disso, a decisão de revalidar as sesmarias que fossem produtivas, ou seja, cultivadas, permitiu que a estrutura agrária ficasse incólume não modificando em nada o sistema de posses. Com fronteiras ainda mal definidas e terras de sobra, o país entraria na fase republicana sem a escravidão que foi extinta um ano antes, em 1888. A imigração que trouxe ao país os imigrantes europeus e um pouco mais tarde os asiáticos reforçou as estruturas agrárias apoiadas no latifúndio, apesar de alguns casos terem resultado na formação de núcleos de colonização que receberam terras em diversos pontos do território, especialmente, no Sul.

Já na República, em 1891, a nova Constituição passava ao domínio dos Estados da Federação as terras devolutas ficando com a União somente o suficiente para garantir a defesa das fronteiras, construções militares e ferrovias. O Código Civil de 1917 tratou de estabelecer a via judicial para discriminar as terras particulares e as terras devolutas, ou seja, estabelecendo finalmente os critérios para discernir as propriedades do Estado e de

particulares. Estavam a partir dali proibidas a revalidação das sesmarias e a revalidação de posses exigindo a regulamentação de todas as terras indicando àqueles que não o conseguissem pela falta da documentação o dispositivo legal de solicitar usucapião. Essa mesma Lei proibia os Estados de alienar ou conceder terras públicas com área superior a dez mil hectares e ainda, permitia que os posseiros de terras devolutas que nelas residissem habitualmente a preferência da compra de até 25 hectares. Estavam isentas de imposto territorial as propriedades com até 20 hectares que fossem exploradas pelos seus donos e parentes.

A República, pois, não modificou o quadro histórico de completo desinteresse por mudanças na estrutura agrária do país, e tal não poderia realmente acontecer porque a grande demanda política pelo fim da monarquia recebeu apoio de frações importantes das elites agrárias, que ficariam mais conhecidas durante o primeiro período republicano como oligarquias. Essas oligarquias eram originadas historicamente da aristocracia imperial, que haviam se desencantado com o centralismo político do regime monárquico e pediam insistentemente autonomia para cuidar dos seus negócios. O que significava também poder criar em cada província e depois estado da federação, sua própria estrutura de poder garantindo amplo domínio regional sem a interferência do governo central.³ Aliado a estes aspectos políticos, a questão ambiental fomentou temor e desespero nas populações miseráveis do nordeste. As secas que assolaram os sertões de Pernambuco e Paraíba foram motivos de suspensão dos trabalhos rurais, fome e deslocamento das populações famintas para a região sudeste, principalmente com a grande seca de 1877-79. Com este quadro os episódios históricos envolvendo a questão agrária inicia-se com o evento de Canudos e Contestado. No Nordeste, o fenômeno Antônio Conselheiro, gerou inquietação do governo no final do século XIX, já no período republicano. Imortalizado nas páginas de Os Sertões de Euclides da Cunha, o arraial do Belo Monte passava por uma experiência camponesa que ameaçava destruir o mundo planejado pelos latifundiários e os positivistas da República. A monarquia era o regime ideal para Antônio Conselheiro e seus seguidores, seguindo a tradição e a política moral.

3. A Igreja Oitocentista e suas lideranças.

É necessário salientar que paralelamente a esses fatos a Igreja passava por um processo de revitalização na segunda metade dos oitocentos, fruto de iniciativas da Hierarquia e do Papa. Esse processo de reforma entre 1840 a 1962 ficou conhecido como *romanização*.

A Igreja nesta fase procurou impor a obediência a Trento, impedindo qualquer desvio na doutrina da Igreja e outras manifestações que pudessem deturpar as orientações da Santa Sé. A romanização no país procurou certificar-se das exigências de uma Igreja conservadora e tradicional, afastando o padre do povo e das possíveis causas de escândalos, que eram numerosas. A situação encontrou lugar seguro em Minas Gerais na Arquidiocese de Mariana pelas mãos de Dom Antonio Ferreira Viçoso. Os colégios seminaristas vicentinos do Caraça percorriam as Minas Gerais e lugares pobres para as ações missionárias (SERBIN, 2008). O nordeste se viu abarrotado de padres estrangeiros no intuito de levar a boa fé e as virtudes católicas da Igreja ao sertão. A força de Dom Viçoso foi vigorosa no sentido de promover o clero brasileiro e renovar sua atuação social e religiosa. Entretanto, a presença dos beatos e beatas e alguns líderes religiosos consagrados mantiveram-se inseridos na tradição católica mais social. Isto fez com que os movimentos se sustentassem, mesmo num repertório coletivo contrareformista.

O relacionamento entre essas lideranças e os camponeses além de possibilitar o aparecimento de mitos religiosos populares, permitia suportar as más condições de vida às quais estava submetida essa imensa população que se vinculava a terra. Assim também ocorreu no Contestado, episódio semelhante ao de Canudos, que se desenrolou entre 1912 e 1916 numa região fronteira entre Santa Catarina e Paraná. Neste caso, os monges homônimos chamados João Maria e um terceiro cujo nome é José Maria, lideraram os camponeses sem se submeterem à Hierarquia o que lhes causou terrível perseguição com as tropas do governo produzindo enorme morticínio, talvez maior do que o de Canudos. Para uma maior compreensão dos eventos dividimos os movimentos, segundo o seu comportamento e transformações políticas.

3.1 – Movimentos pré-Canudos: ajuntamento de massas. ⁴

Estes movimentos são tidos muito mais como organização de massas e caracterizam-se pela rede de solidariedade que se estabelece entre Igreja, beatos e coronéis. O seu aparecimento não tem como motivo questões políticas ou ambientais, mas sociais. Justifica-se pela ação missionária católica no sertão das Casas de Caridade, pela expectativa da salvação no outro mundo e total negação do vivido. Este comportamento de negação não produz qualquer questionamento da ordem agrário-conservadora, nem da Igreja e seus missionários.

A exemplo, Pe. Cícero e Frei Floro Bartolomeu eram os elos entre camponeses fanáticos e fazendeiros.

Destes movimentos pré Canudos temos o Reino Encantado e da Pedra Bonita. Estes movimentos foram liderados pelos beatos que surgiram em Pernambuco logo após a Confederação do Equador – 1824, refletindo a miséria e a seca que atacavam os sertanejos além das ameaças dos grandes proprietários. No caso do Reino Encantado, em 1836, na serra do Catolé, atual município de São José do Belmonte, na divisa de Pernambuco e Paraíba, o mameluco João Antônio dos Santos liderou o movimento. Antes disso, Silvestre José dos Santos, fundou o arraial Reino da Pedra Bonita em 1819 na serra do Rodeador em Pernambuco sendo atacado pelo exército e destruído em 1820. Pouco depois em outro local, José dos Santos, que morava no sítio da Pedra Bonita, dizia ter se avistado com D. Sebastião, rei místico de Portugal. Após convencer as pessoas de sua história, esse líder engendrava complexo ritual culminando com sacrifício humano. Depois de certo tempo, João Ferreira, uma espécie de “assessor” de José dos Santos, passou a liderar a seita e se dizia uma santidade engravidando as virgens que gerariam os guardiões do reino. Em 1838, um membro da seita, José Pereira, numa ânsia de destruição organizou uma matança seguindo as determinações de visões que tivera e após matar animais, velhos, crianças e as mulheres foi morto pelo próprio irmão. Em seguida a Guarda Nacional atacou o povoado matando os sobreviventes e aprisionando três deles.

3.2 – Canudos e Contestado: movimentos reativos.

Estes movimentos reativos, embora enrijecidos pelo repertório coletivo da contrareforma, mantiveram uma diferença com os primeiros pela disposição em recusar a Igreja tradicional e as redes dos favores dos latifundiários. Fundaram uma comunidade com apelos morais e religiosos, mas sem conformidade com a ordem vigente. Antônio Conselheiro e os beatos do Contestado ansiavam pelo retorno de um passado político e religioso e com isto feriam drasticamente os interesses oligárquicos sustentados pelo novo poder.

O movimento o Caldeirão foi um dos mais importantes do nordeste. Este movimento recebeu este nome por causa da Fazenda do Caldeirão, no Crato - Ceará, local onde atuava José Lourenço, beato e afilhado do padre Cícero que neste local reuniu centenas de seguidores nos anos 30. Lourenço, filho de negros alforriados, tornara-se discípulo de Pe. Cícero praticando a penitência, a castidade e a autoflagelação. Nos anos de 1894 e 1895, José Lourenço foi morar com seus pais e alguns romeiros numa região denominada Baixa de

Dantas, arrendado pelo Pe. Cícero ao coronel João de Brito, em Crato. Ali ele começou a receber vários trabalhadores rurais e moradores das redondezas enviados por Pe. Cícero. José Lourenço é um dos poucos sobreviventes ao massacre. Em 1926 o beato José foi se instalar com alguns sobreviventes do massacre e outros tantos numa região chamada Caldeirão – comprada pelo Pe. Cícero. Esta comunidade durou 10 anos, “onde habitaram 1.700 pessoas vivendo uma forma de comunidade onde ‘tudo era de todos’ e onde se podia enxergar um exemplo materializado de utopia comunista” (CORDEIRO, 2004, p. 44-45).

Antes de Contestado em 1912 surgiu o movimento dos Santarrões em 1872 no Rio Grande do Sul e Canudinho em 1897, entre os rios Pelotas e Canoas, no território de Santa Catarina⁵. Novo Canudos nasceu sob a liderança de Miguel ou Miguelito que foi identificado posteriormente como desertor do exército e se declarou ser irmão do monge João Maria, grande baluarte do movimento do Contestado, e se estabeleceu no engenho de cana do comerciante Francelino Subtil de Oliveira, onde começou a fazer rezas receitando remédios e pedindo penitências. A vila foi se enchendo de pobres, doentes e veteranos maragatos – federalistas -, que foram derrotados poucos anos antes na Revolução Federalista (1893-1895) pelos pica-paus, republicanos. A pedido do governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, os soldados gaúchos destruíram o pequeno povoado que havia recebido da imprensa o nome de “novo Canudos” ou “Canudos de Lages”, porque os fatos que se desenvolviam na Guerra de Canudos eram paralelos aqueles que estavam ocorrendo naquela região sulina. O temor de um “fanatismo” que pudesse se alastrar rapidamente fez com que os fazendeiros e o governo tomassem medidas drásticas, entretanto, já era costumeira a ação violenta da política naquela região. A captura e morte dos líderes puseram fim a um movimento que possuía duas origens: o federalismo e o messianismo de João Maria. Ainda, outro movimento, os Monges Barbudos do Lagoão, ficou registrado na liderança de André Ferreira França, lavrador, mais conhecido como Deca França. Em 1935 começou a pregar os ensinamentos do monge João Maria, organizando na sua propriedade, no distrito de Lagoão, que era parte do município de Soledade no Rio Grande do Sul, uma pregação que atraía os moradores daquela região, em geral colonos alemães e italianos. Acreditando que o fim do mundo estava próximo, esses pregadores barbudos e de cabelos longos andavam descalços e impressionavam os proprietários de terra e comerciantes que, em abril de 1938, ordenaram o massacre da comunidade pela polícia. Deca França foi fuzilado em 15 de agosto desse mesmo ano.

3.3 – Movimentos acomodativos.

Dois movimentos importantes que marcaram a primeira metade do século XX são considerados por Narber (2003, p. 93-104): Pau de Colher e o Povo do Velho Pedro. O primeiro se deu no povoado Pau de Colher, do município de Casa Nova, Bahia, onde era efetuada uma expedição militar para desbaratar um importante centro do catolicismo popular que se formou durante a década de 30. Considerados uma grande ameaça aos planos do Governo Vargas no Estado Novo, os adeptos da irmandade eram vaqueiros, roceiros, boiadeiros e simples sertanejos que foram rotulados de bruxos e fanáticos perigosos. O segundo foi um grupo de seguidores do curandeiro Pedro Batista da Silva, que pregou em Alagoas, Sergipe e Pernambuco, estabelecendo-se finalmente em Santa Brígida, povoado de Jeremoabo, Bahia, próximo do local onde existiu o arraial de Canudos, em 1945. Apesar de ser acusado de fanatizar seus seguidores, continuou atuando sob a proteção de um potentado local. O povoado recebeu benfeitorias com a construção de escolas e de eletricidade. O Velho Pedro como era conhecido esse líder religioso continuou a benzer e aconselhar sem ser perturbado. A trajetória histórica deste movimento nos convida a refletir um pouco sobre os novos parâmetros políticos do Governo Vargas.

Na longa fase da história agrária do país o sistema de colonato, sucedâneo da parceria, prevaleceria incólume até a década de 1940 quando começavam a surgir os primeiros sinais de mudanças na legislação trabalhista. Não obstante, Getúlio Vargas tenha fechado os olhos aos camponeses não estendendo a eles as leis que protegiam os operários, havia uma perspectiva de que cedo ou tarde isso acabaria ocorrendo. De fato, o Estatuto do Trabalhador Rural começou a ser gestado na Constituição de 1946, bem como a reforma agrária. Ambos iriam gerar ao longo das décadas seguintes as lutas políticas de maior intensidade. Além disso, não se pode aceitar no período de 1890 a 1955, uma passividade dos camponeses. Mesmo que se consiga demonstrar sua falta de condições para se organizar, é de se supor que houvesse outras formas de resistência que se traduzem em exemplos tais como: Canudos, Contestado, Pau de Colher, Caldeirão e porque não o próprio fenômeno do Padre Cícero.

Durante todo esse período a aproximação da Igreja com os proprietários e camponeses deve ser encarada como situação de absoluta regularidade. Em relação ao governo os laços entre Igreja e Estado se solidificaram. Apoiado por bispos importantes, o governo Vargas receberia em 1942, através de um documento oficial de alguns bispos, a consagração de sua antiga amizade pessoal com o influente Cardeal D. Sebastião Leme. Intitulado “Disciplina e Obediência ao Chefe do Governo,” tal declaração proclamava as afinidades com o regime estadonovista, reafirmando que a Legislação Trabalhista correspondia à Doutrina Social da Igreja, colocando claramente a sua posição anticomunista (MAINWARING, 1989, p. 59).

Portanto, sob o regime republicano o catolicismo se fortaleceu apesar da propagação de um ideal de laicização representado pela filosofia positivista, essência da defesa republicana. Num outro nível, a economia do país se industrializava lentamente e assegurava a sua forma agro-exportadora pela produção crescente do café auxiliada pelos planos de proteção subsidiada através do Convênio de Taubaté já no início do século XX. Da Revolução de 30 até o fim do Estado Novo os olhares se voltaram para a cidade com a organização incômoda dos operários. Enquanto isso no campo, os coronéis e grandes cafeicultores viviam seu momento de angústia por causa da crise econômica e da intervenção dos tenentes que participaram e apoiaram o novo regime. Nesse momento reinou nas regiões do sertão o cangaço considerado banditismo rural. Na década de 40 a situação do campo começava a se modificar lentamente acelerando o êxodo dos camponeses que iriam para as cidades grandes em busca de trabalho e de outra vida. Isto fez talvez com que houvesse uma tolerância dos ruralistas e do próprio Estado em perceber e reconhecer algumas mudanças na conjuntura social de determinadas populações carentes. Lamentavelmente esta mudança partiu do próprio poder burocrático, não de uma ação social no campo.

4. Conclusão: a moral pastoral como permanência.

A indubitável relevância do problema da terra ou da questão agrária no Brasil não se deve apenas a uma antiga situação de exploração dos trabalhadores. A longa duração de uma estrutura social hierarquizada herdada de um passado agrário e de concentração de terras, forjada historicamente pelo modelo concentrador de renda de grande potencial produtor de riquezas para as elites em geral, resultou numa matriz histórica da defesa da posse e a propriedade da terra.

Essa intrincada história de lutas pela terra deve ser gradualmente desvendada com a reflexão acerca das informações que forem obtidas na leitura dos documentos existentes nos arquivos a serem investigados pela pesquisa ora proposta. Há sem dúvida uma grande variedade de situações que devem ser objeto de estudo sistemático que se inicia com a primeira análise responsável pela revelação da importância do acontecimento – afinal o fato histórico é uma construção do historiador. Assim, as análises aqui propostas deverão seguir o processo histórico no recorte temporal proposto.

As lideranças católicas no campo consagradas ou não colhem seus frutos ainda no século XIX com prisões e mortes. Movimento e conflitos condicionados a partir de transformações políticas, econômicas e ambientais, descortinando uma série de eventos rurais

entre os pequenos agricultores e os latifundiários. As ameaças e mortes feitas aos padres por não aceitar os favores dos donos de terras tem início em 1850 com a Lei de Terras.⁶ A Igreja que faz a opção pelos pobres começa com fundação das casas de caridade lideradas por beatos e beatas, liderados pelo Padre Ibiapina, a contraponto de uma Igreja tradicional e conservadora, muito mais atuante no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Entretanto, o discurso e as ações destas lideranças ainda são modelados pelo repertório coletivo de uma moralidade que enaltece a tradição e o passado. Isto fez com que os movimentos sempre estivessem olhando para a monarquia e para o dom da economia moral com base na luta pela terra. Este repertório converteu os movimentos em reativos. Neste sentido, enquanto o Estado se organizava, os movimentos estavam ainda com a mentalidade tradicional, não acompanhando as posições políticas de fato. Depois do Governo de Getúlio Vargas os movimentos se acomodam nas relações de poder e são cooptados. O enfraquecimento destes movimentos deve-se a própria liderança religiosa ainda corrompida pelo repertório moral do poder político e da economia. E assim, a pobreza e a servidão á terra ainda são traços que marcaram as condições específicas dos conflitos rurais.

5. Referências Bibliográficas

5.1. Fontes manuscritas:

5.1.1. Arquivos

1. Arquivo Público do Ceará.

- Documentação não organizada da Arquidiocese de Crato e de Fortaleza.
- Livros paroquiais (1848).

2. Arquivo Público de Pernambuco.

5.2. Bibliografia:

AZZI, Riolando. O movimento de Reforma Católica durante o século XIX. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1974, n. 34, pp. 646-661.

BARROS, Luitgarde Oliveira. Do Ceará, três santos do nordeste. In.: *Revista Canudos*. Bahia: UNEB, 1996, v. 01, n. 01, pp. 37-55.

- BONIM, Anamaria Aimoré et alii (org). *Movimentos Sociais no Campo*. Prefácio de Otavio Ianni. Curitiba: Scientia et Labor-Editora da UFP/ Edições Criar, 1987.
- BORGES, Accioly Borges et alii. *Os Donos da Terra e a Luta pela Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: CODECRI-IBASE, 1984.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- CORDEIRO, Domingos Sávio. *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil - 1850*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. 2 edição. São Paulo: Martins Fontes, 1951.
- DESROCHERS, G. & HOONAERT, E. *Padre Ibiapina e a Igreja dos Pobres*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- FERNANDES, Rubem César. *Os Cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.
- HERMANN, Jacqueline. “Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na Cidade do Paraíso Terrestre, Pernambuco: 1817-1820”. In.: *Tempo*. Vol. 02. 11, 2001. pp.: 131-142.
- HOONAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis-R.J., Vozes, 1974.
- LUSTOSA O. P. Oscar de Figueiredo (org.). *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1990.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINS, José de Souza, *O Cativo da Terra*. São Paulo: Editora: Ciências Humanas, 1979.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acces, 1994.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

- NARBER, G. *Entre a Cruz e a espada: violência e misticismo no Brasil rural*. Tradutores: Paulo Roberto Leite Salgado e Eduardo Soares de Freitas. São Paulo: Terceiro Nome, 2003.
- PINSKY, Jaime (org.) *Capital e Trabalho no Campo*. Introdução de Paul Singer. São Paulo: Hucitec, 1977.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- SERBIN, Kenneth P. *Padres, Celibato e conflito social*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Conservadorismo e Hegemonia Agrária no Brasil”. In.: CARNEIRO, Maria José et alii (org). *Campo Aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998. pp. 13-40.
- TILLY, Charles. *Social Movements, 1768-2004*. London: Paradigm Publishers, 2004.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eicheberg. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

¹ - Ver: GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007. A autora analisa a importância dos movimentos sociais e a retomada dos paradigmas clássicos para a redescoberta da importância das lideranças nos fenômenos coletivos, principalmente para a América Latina.

² - A este exemplo ver: Arquivo Público do Ceará. Documentação não encadernada da Arquidiocese do Crato e de Fortaleza.

³ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. O autor enfatiza a emergência do poder republicano no país e a formação da nation building na forma autoritária, delimitando o aspecto público da burocracia brasileira.

⁴ - Este termo retoma um dos conceitos de Elias Canetti (2005, p. 13-19) sobre massa aberta e fechada. Segundo o autor a massa fechada se organiza por um sentimento de medo ou ódio, significando seu sentimento de destruição e ou perseguição ao sentimento de domesticação religiosa.

⁵ - Sobre os Santarrões Segundo Narber (2003, p. 74-75), este movimento distinguiu-se de tudo já visto até então. O grupo interessou unicamente colonos alemães e seus descendentes, que não apresentavam nenhuma miscigenação ou mestiçagem. Os colonos recebiam seus lotes e iam cortando a mata levantando suas casas em relativo isolamento. O governo nada lhes deu a não ser as terras. Com o tempo iam progredindo materialmente, no entanto, espiritualmente a situação era caótica, nem padres católicos, nem pastores traziam ensinamentos religiosos aos habitantes. A solução encontrada por eles foi escolher o mais capacitado para passar os ensinamentos em comum. Em 1872, nesta região, morava no sopé do morro do Ferrabraz, um casal, João Jorge e Jacobina Maurer, com seus cinco filhos. Pela carência de recursos médicos e religiosos, ficaram conhecidos pelos seus poderes como curandeiros. Diziam que João Jorge passara a curar por ter ouvido misteriosa voz que lhe ordenava. Jacobina era analfabeta, mas, sua paixão pela Bíblia fê-la aprender a soletrar e depois a ler. Falava com grande fluência e suas explicações se revestiam de aspectos fanáticos. Os moradores da região acreditavam que era ela inspirada por um espírito superior. Não tardou muito a iniciarem a prática de rituais, que não tinham datas fixas para seres realizados. Começavam cantando hinos protestantes e rezando várias orações. Em seguida, Jacobina aparecia vestida com vestes brancas e uma coroa, ficava em êxtase e abençoava a todos os presentes. Formava-se então uma seita da qual Jacobina era a alma. Durante a cerimônia, Jacobina afirmava ser a reencarnação de Cristo e que as suas palavras eram também de Cristo. Como Cristo, ela também escolheu doze apóstolos, sendo o primeiro seu marido. Jacobina estabeleceu também uma série de regras e proibições. Inclusive, detinha o poder de promover e dissolver casamentos. Em sua casa, promovia reuniões noturnas entre pessoas de ambos os sexos. Formava a seita uma comunidade estruturada e organizada. A profetiza ocupava o

vértice e abaixo dela havia um conselho secreto, formado pelos quatro adeptos mais fervorosos, em seguida os doze apóstolos e mais abaixo os adeptos. Possuía suas normas próprias, ditadas pela profetiza, que regulamentava todos os aspectos da vida civil e religiosa dos fiéis. Além dos trabalhos, impuseram contribuições “consoantes às posses de cada um”, devendo todos, sem exceção, pagar sua quota à caixa comum; enveredavam mesmo para o comunismo puro e simples, que Jacobina justificava religiosamente: os primitivos judeus tinham tudo possuído em comum. Num primeiro ataque os Muckers saíram vencedores, o que aumentou mais ainda as lendas a respeito deles. No entanto aumentou a quantidade de tropas e foi provocado um incêndio do templo, muitos conseguiram escapar construindo outro abrigo mais intrincado no mato onde aguardavam por melhores tempos. Começou a espalhar a notícia de que Aurélia, filha de Jacobina, estivesse querendo continuar a obra da mãe e a relação entre colonos e os Muckers (palavra de origem alemã que significa falso religioso) se tornaram cada vez mais tensa, culminando em crimes e assassinatos até 1898.

⁶ - A existência desta documentação está presente em arquivos eclesiásticos, tais como: Arquivo eclesiástico da Arquidiocese do Ceará; Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Santa Maria e Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de São Félix do Araguaia.